

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.946 - RO (2019/0302053-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : FELIPE OCIAN CAVALCANTE LUNA (PRESO)
ADVOGADOS : JEOVA RODRIGUES JUNIOR - RO001495
JOSÉ TEIXEIRA VILELA NETO - RO004990
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FELIPE OCIAN CAVALCANTE LUNA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente, durante as investigações da operação "Fortress", pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, V, no art. 35, todos da Lei n. 11.343/2006 – por três vezes – e no art. 1º, §§ 1º, I e II, e 4º, da Lei n. 9.613/1998.

Por ocasião da referida operação, foram apreendidas cargas de drogas contendo **559kg (quinhentos e cinquenta e nove quilos) de cocaína**.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal local consoante esta ementa (e-STJ fl. 234):

Habeas Corpus. Tráfico interestadual de drogas, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro. Excesso de prazo. Inocorrência. Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.

1. O prazo para a conclusão da instrução processual não deve ser analisado apenas sob a ótica objetiva dos prazos aritméticos da legislação processual penal, visto que depende também da avaliação das condições específicas do caso, que, dependendo da motivação, legitima o alongamento maior do que o normal, tudo dentro da razoabilidade e proporcionalidade.

2. Ordem denegada.

No presente *writ*, a defesa alega excesso de prazo do aprisionamento preventivo, pois "*o recorrente encontra-se segregado desde o dia 18/10/2017, ou seja, há mais de 687 (seiscentos e oitenta e sete) dias, compreendendo quase 02 (dois) anos da data do cumprimento do mandado de prisão preventiva*" (e-STJ fl. 245).

Alerta que o recorrente não concorreu de modo algum para o atraso da

Superior Tribunal de Justiça

marcha processual e assere não ser razoável "*nem proporcional o transcurso de mais de 687 dias, sem qualquer previsão para o encerramento da instrução, e nem formação de culpa (ainda faltam testemunhas a serem ouvidas, e denunciados para se interrogar, mediante várias cartas precatórias expedidas para diversas localidades)*" – e-STJ fl. 246.

Ao fim, pleiteia a "*concessão da medida liminar para cessar o constrangimento ilegal apontado, revogando-se a prisão preventiva, determinando a expedição de alvará de soltura em favor do recorrente Felipe Ocian Cavalcante Luna*", e, no mérito, o "*provimento deste recurso ordinário, reformando-se o acórdão recorrido, revogando a prisão preventiva, permitindo que o recorrente responda a ação penal em liberdade*", e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares do art. 319 do CPP (e-STJ fl. 250).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os argumentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente recurso, inclusive com transcrição e cópia da decisão que decretou a prisão, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao

Superior Tribunal de Justiça

tema desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

